



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Contratação de Serviços - 0001865-57.2022.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 0877668.

TERMO DE REFERÊNCIA – N. 001/2022

1. OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a contratação de serviço de conserto de persianas instaladas no Cartório Eleitoral de Santiago/RS.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Essa aquisição é necessária para fins de segurança e preservação do patrimônio, evitando que equipamentos e outros materiais fiquem à mostra.

2.1.2. Necessidade de reparos nas persianas, mantendo as condições de uso, evitando substituições e necessidade de descarte de materiais.

2.2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Perspectiva: PESSOAS E RECURSOS – Objetivo Estratégico: Otimizar a Infraestrutura Física.

2.3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

A contratação está prevista no Plano de Contratações 2022 da COINP com ID 13454.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Local onde os serviços serão prestados:

3.1.1. Sede 044ª Zona Eleitoral: Rua João Escobar Carpes, 119 - Térreo, CEP 97700255 – Santiago/RS.

3.2. Conserto de persianas verticais em tecido poliéster, tipo nuance, com lâminas de 90 mm de largura e trilho de alumínio anodizado natural, marca Hollyflex.

3.3. As persianas que forem consertadas independentemente do defeito informado, deverão ser submetidas a uma revisão geral, que abranja a verificação, ajustes das peças e lubrificação, de tal forma que, após os serviços executados pela CONTRATADA, estejam em pleno funcionamento e com garantia geral.

3.4. Descrição das persianas:

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição
1	00059216		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 250 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
2	00059217		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 250 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
3	00059218		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 90 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
4	00059219		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 90 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
5	00059220		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 320 (L) X 320 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
6	00059221		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 230 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
7	00059222		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 230 (L) X 270 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
8	00059223		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 90 (L) X 250 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
9	00059224		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 90 (L) X 250 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
10	00059225		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 320 (L) X 300 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
11	00059226		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 250 (L) X 250 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX
12	00059227		PERSIANA VERTICAL - DESCRIÇÃO: EM TECIDO POLIESTER NA COR BEGE, LAMINA DE 90 MM, TRILHO EM ALUMINIO ANODIZADO NATURAL, MED. 250 (L) X 250 (A) CM - MARCA: HOLLYFLEX

4. GARANTIA

4.1.1 Deverá ser ofertado prazo mínimo de garantia de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento definitivo do material, sem prejuízo de eventual garantia superior dada por fabricante.

4.1.2. O material em garantia que apresentar defeito, não decorrente de uso inadequado, deverá ser consertado num prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação do problema, ou substituído, no mesmo prazo, por outro novo, com as mesmas características ou superior, a ser aprovado pela Administração.

4.1.3. A prestação da garantia se dará sem qualquer ônus ao TRE-RS, inclusive no que se refere aos custos de remessa, transporte e retirada do material.

4.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O art. 3º da Lei n. 8.666/93 estabelece que as licitações devem buscar a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. No mesmo sentido, a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 determina no seu art. 5º

que “ Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2”.

Adotando a prática estabelecida na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, solicitamos que os materiais sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, não individual, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis.

5. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1.1. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar a regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

5.2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.2.1. Será considerada vencedora a empresa cuja proposta representar o menor valor para a execução dos serviços e que atender a todas exigências deste Termo de Referência.

6. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1.1. A contratação será formalizada mediante a emissão da nota de empenho de despesa, que será enviada pela Seção de Compras – SECOM, preferencialmente por meio eletrônico (fornecimento@tre-rs.jus.br).

6.1.2. O aceite na nota de empenho deverá ser manifestado pela CONTRATADA no prazo de 01 (um) dia útil, contado da comprovação do recebimento do documento.

6.1.2.1. Não ocorrendo expressamente a aceitação da nota de empenho recebida pela CONTRATADA, no prazo acima determinado, a aceitação será entendida como tácita.

6.1.2.2. A recusa na aceitação da nota de empenho deverá ser expressa, escrita e justificada e será submetida à autoridade competente que procederá à análise dos motivos acostados pela CONTRATADA, decidindo acerca da aceitabilidade ou não da justificativa.

6.1.2.3. Caso a justificativa não seja encaminhada na forma descrita ou esta não seja aceita pela autoridade competente, o prazo para a entrega continuará fluindo normalmente e, caso não seja cumprido, sujeitará a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

6.2. PRAZO E REGIME DE EXECUÇÃO

6.2.1. O prazo para a execução dos serviços será de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir do aceite da nota de empenho pela CONTRATADA.

6.2.2. Os materiais deverão ser entregues e instalados na sede do Cartório, conforme informado no item 3.1.1, no período das 12h às 19h, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento.

6.2.3. A instalação deverá ser agendada pelo telefone (55) 3251-2307 ou (55) 9966-27927, com 1 (um) dia de antecedência.

6.2.4. A CONTRATADA deverá emitir, obrigatoriamente, Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos, entregando os mesmos acompanhados do respectivo DANFE.

6.2.5. O controle dos prazos de entrega dos materiais será realizado pela Seção de Compras – SECOM.

6.2.5.1. Verificada a entrega de materiais em atraso, será solicitado à CONTRATADA a apresentação de justificativa, a ser submetida à Administração.

6.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.3.1. O recebimento dos materiais será feito em duas etapas, conforme abaixo:

6.3.1.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação. No local de entrega, servidor designado fará o recebimento dos materiais, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado nas Notas de Empenho e Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso desta última a data da entrega do bem e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas;

6.3.1.2. Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor designado ou comissão que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as qualificações dos produtos entregues, de conformidade com o exigido neste Termo de Referência.

6.3.2. O método de avaliação da conformidade dos materiais será o seguinte:

6.3.2.1. Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do material ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência.

6.3.2.2. Teste prático, com a utilização dos materiais nas tarefas em que serão empregados e comprovação de que apresentam rendimento adequado.

6.3.3. Os materiais que forem recusados no recebimento, por imperfeições, falhas ou irregularidades deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da notificação formal, sem qualquer ônus para o TRE-RS.

6.4. FORMA DE PAGAMENTO

6.4.1. Atestado o recebimento definitivo dos materiais, o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária.

6.4.2. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

6.4.3. O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

6.4.3.1. Caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, o prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias úteis.

6.4.4. Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

6.4.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

6.5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

6.5.2. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.5.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.5.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

6.6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.6.1. Proceder a entrega dos materiais, em conformidade com o quantitativo e especificações constantes neste Termo de Referência;

6.6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990);

6.6.3. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

6.6.4. Responder por todos os ônus, diretos e indiretos, incidentes no fornecimento dos materiais, inclusive aqueles referentes à embalagem, seguros, taxas, fretes, transporte, descarga e demais encargos.

7. SANÇÕES

7.1. A inobservância injustificada dos prazos acordados sujeitará a CONTRATADA à multa moratória diária, a ser aplicada sobre o valor da contratação, nos percentuais discriminados a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei 8.666/93:

a) 0,25%, do 1º ao 15º dia de atraso; e

b) 0,75%, do 16º ao 30º dia de atraso.

7.2. Na hipótese de o contrato perder a utilidade em decorrência do atraso na prestação das obrigações assumidas, será aplicada multa compensatória de 20% do valor da contratação, por inexecução total.

7.2.1. No caso de inexecução parcial das obrigações, o percentual previsto no item anterior incidirá sobre a parcela não executada ou entregue.

ANEXO I - Termo de Compromisso de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

Santiago, 27 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Milani Fett, Analista Judiciário**, em 08/02/2022, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Amsberg Calazans, Técnico Judiciário**, em 08/02/2022, às 15:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0877668** e o código CRC **29FDD61C**.

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294 8315